

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.429.577 - RJ (2019/0009464-9)

RELATORA : MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES
AGRAVANTE : JAIR COSTA
ADVOGADO : GARY DE OLIVEIRA BON-ALI E OUTRO(S) - RJ004474
AGRAVADO : ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROCURADOR : ANDRÉ LUIZ PETTENA DE OLIVEIRA E OUTRO(S) - RJ151747
INTERES. : FUNDO ÚNICO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROCURADORES : DANIELLE TUFANI ALONSO - RJ095521
ANDRÉ LUIZ PETTENA DE OLIVEIRA E OUTRO(S) - RJ151747

DECISÃO

Trata-se de Agravo, interposto por JAIR COSTA, na vigência do CPC/2015, contra decisão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, que inadmitiu o Recurso Especial interposto contra acórdão assim ementado:

"PREVIDENCIÁRIO. BANERJ. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. SUPLEMENTAÇÃO. IMPROCEDÊNCIA.

Ação de cobrança movida por ex-empregado do BANERJ para condenar o Réu a pagar suplemento de aposentadoria.

Se o Autor optou pelo desligamento do programa de aposentadoria complementar mantido PREVI-BANERJ, com o recebimento das contribuições vertidas durante o tempo que trabalhou no Banco, não tem direito a receber benefício do plano, destinado àqueles ainda vinculados à instituição de previdência, pena de enriquecimento sem causa.

A Portaria nº 89/04 do RIOPREVIDÊNCIA e o Parecer n.º 05/2004-SPBC são claros ao vincularem a concessão do benefício à condição de participante do programa, que o Autor deixou de ostentar.

Recurso desprovido" (fl. 230e).

Opostos Embargos de Declaração, foram rejeitados, nestes termos:

"PROCESSO CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO.

Omissão inexistente.

Recurso desprovido" (fl. 243e).

Sustenta a parte agravante, o seguinte:

"A r. decisão agravada, ao inadmitir o RECURSO ESPECIAL (REsp) interposto com fundamento na alínea 'a' do inciso III do art. 105 da Constituição Federal (CF/88), não fez, data vênia, justiça à parte Agravante.

Em suma, o julgador a quo, inadmitiu o REsp sob o argumento de que a análise do recurso acarretaria em reexame probatório, o que é vedado pela súmula 7 do STJ e, ainda, que a simples interpretação de cláusula contratual não enseja o apelo especial.

Data máxima vênua, o ilustre Magistrado a quo, ateve-se a uma análise perfunctória da situação trazida à baila, como se verá a seguir. A questão trazida pelo REsp interposto pela parte ora Agravante, gira em torno de uma premissa: O DIREITO ADQUIRIDO DO AGRAVANTE A PERCEBER A COMPLEMENTAÇÃO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA, não tendo nenhuma relação com interpretação de cláusula contratual, até porque o direito buscado tem natureza previdenciária e, portanto indisponível.

Ao levar matéria em comento à apreciação do E. Tribunal Superior, o Recorrente não pretende a revisão fática da matéria, menos ainda, a apreciação de pontos que não foram apreciados pelo c. Tribunal a quo.

Toda a matéria objeto do Recurso Especial inadmitido devidamente prequestionada, como se depreende da sentença e Acórdão de fls.

Assevera-se que a afronta ao art. 6º, § 2º da LINDB foi devidamente apresentada, discutida e prequestionada, sendo certo que a fundamentação não esbarra no óbice estatuído pela súmula 7/STJ, posto que não foi requerido o reexame probatório, mas unicamente a procedência do pedido inicial com base apenas na legislação que assegura o direito pleiteado" (fl. 278e).

Por fim, "espera a parte Agravante seja o presente AGRADO encaminhado ao Colendo Tribunal de Justiça para que o mesmo seja julgado e admitido, processando-se e julgando-se o Recurso Especial, nos termos da legislação vigente" (fl. 278e).

Foi apresentada contraminuta (fls. 284/312e).

O Recurso Especial restou inadmitido, pelo seguinte fundamento: a pretensão embarra no entendimento jurisprudencial do enunciado 7 do STJ (fls. 269/270e).

A parte agravante, todavia, deixou de infirmar, especificamente, o fundamento acima mencionado. Isso porque a alegação genérica de que o tema discutido no Recurso Especial representa matéria de direito (incluídas aí as hipóteses de qualificação jurídica dos fatos e valoração jurídica das provas), e não fático-probatória, não é apta a impugnar, de modo específico, o fundamento da decisão atacada. Ao revés, deve a parte agravante refutar o citado óbice mediante a **exposição da tese jurídica** desenvolvida no Recurso Especial e a **demonstração da adoção dos fatos tais quais postos nas instâncias ordinárias**.

A propósito:

"ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE DO RECURSO ESPECIAL. FUNDAMENTO NÃO IMPUGNADO. SÚMULA 182/STJ.

1. É inviável o agravo em recurso especial que deixa de atacar, de modo específico, os fundamentos adotados pelo Tribunal de origem para negar trânsito ao apelo especial. Incidência, por analogia, da Súmula 182/STJ.

2. **Inadmitido o recurso especial diante do óbice contido na Súmula 7/STJ, cabe à parte agravante, diante da indicação de que a questão suscitada implica revolvimento do conjunto probatório, demonstrar a situação particular do caso concreto que justificasse o afastamento do referido óbice sumular.**

3. Agravo interno a que se nega provimento" (STJ, AgInt no AREsp 1.063.449/SP, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, DJe de 25/08/2017).

Tal entendimento, inclusive, está consolidado na Súmula 182/STJ, segundo a qual o recorrente deve infirmar, especificamente, os fundamentos da decisão impugnada, mostrando-se inadmissível o Agravo que não se insurge contra todos eles.

Em face do exposto, com fundamento no art. 932, III, do CPC/2015 e art. 253, parágrafo único, I, do RISTJ, não conheço do Agravo.

Em atenção ao disposto no art. 85, § 11, do CPC/2015 e no Enunciado Administrativo 7/STJ ("Somente nos recursos interpostos contra decisão publicada a partir de 18 de março de 2016 será possível o arbitramento de honorários sucumbenciais recursais, na forma do art. 85, § 11, do NCPC"), majoro os honorários advocatícios em 10% (dez por cento) sobre o valor já arbitrado, levando-se em consideração o trabalho adicional imposto ao advogado da parte **recorrida**, em virtude da interposição deste recurso, respeitados os limites estabelecidos nos §§ 2º e 3º do art. 85 do CPC/2015. Ressalte-se que, em caso de reconhecimento do direito à gratuidade de justiça, permanece suspensa a exigibilidade das obrigações decorrentes de sua sucumbência, nos termos do § 3º do art. 98 do CPC/2015.

I.

Brasília (DF), 13 de fevereiro de 2019.

MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES
Relatora